

Relatório Mensal de Atividades

Mês de referência:
Março de 2023

Empresa em Recuperação Judicial:
LABORATÓRIOS BALDACCI LTDA



Relatório elaborado por:
Vivante Gestão e Administração Judicial Ltda.

A Vivante Gestão e Administração Judicial é uma pessoa jurídica integrada por profissionais capacitados, criada com o objetivo de exercer, com competência, responsabilidade e expertise, as atividades atribuídas pela Lei 11.101/2005 ao administrador judicial, nos processos de recuperação de empresas e de falência.





Março de 2023

I – ESCLARECIMENTO:

Este relatório mensal de atividade do Laboratórios Baldacci LTDA, visa expor os principais acontecimentos, situação trabalhista, balanço patrimonial, indicadores gerenciais e a demonstração de resultado da empresa a fim de auxiliar este MM. Juízo, em conformidade com a Lei 11.101/05, além de oferecer aos *stakeholders* uma leitura prática e direta da situação da empresa.

Vale salientar que o presente documento é elaborado com base nas atividades e documentação apresentada pela Recuperanda. As informações e documentos apresentados não são auditados.

II – RELATÓRIO BASE:

Resumo Andamento Processual	Documentos Analisados	Visita (art. 22 da Lei 11.101/2005)
Breve Resumo do Andamento Processual	Balanço Patrimonial (dezembro de 2022)	Visita ao escritório da Recuperanda e reunião com seus representantes.
	Demonstração do Resultado do exercício (dezembro de 2022)	
	Contas a pagar e a receber (novembro e dezembro de 2022)	
	Fluxo de caixa (setembro a dezembro de 2022)	
	Extratos bancários (novembro e dezembro de 2022)	
	Relatório do estoque	
	Relatório do imobilizado	
	Relatório dos investimentos	

III – DÚVIDAS E SUGESTÕES:

A Vivante em cumprimento ao art. 22 da Lei 11.101/2005, que prevê “fornecer, com presteza, todas as informações solicitadas pelos credores e interessados”, vem informar e disponibilizar para dúvidas, questionamentos ou sugestões, nossos canais de comunicação:



E-mail:

rjbaldacci@vivanteaj.com.br

Telefone: +11 3048-4068

Sítio eletrônico: www.vivanteaj.com.br

**Março de 2023****SUMÁRIO**

1.Eventos Relevantes.....	3
2. Informações financeiras / Operacionais	4
3. Análise da Demonstração de resultados.....	8
4. Situação Fiscal.....	10
5. Análise Fluxo de caixa e projeções	10
6. Anexos.....	12
7.Conclusão e requerimentos.....	20

1. Eventos Relevantes

ANDAMENTO	PRAZO	REALIZADO	CHECK
Distribuição do Pedido de Recuperação Judicial	-	03/07/2020	✓
Deferimento do processamento da Recuperação Judicial	-	10/07/2020	✓
Publicação da decisão que deferiu o processamento da RJ	-	31/07/2020	✓
Apresentação do Plano de Recuperação Judicial	01/20/2020	30/09/2020	✓
Stay Period	29/01/2021	29/01/2021	✓
Prorrogação Stay Periodo até a AGC	04/05/2021	-	
Publicação 1º Edital	12/08/2020	12/08/2020	✓
Prazo Apresentação de Divergências	27/08/2020	27/08/2020	✓
Apresentação 2º Edital	12/10/2020	14/10/2020	✓
Publicação 2º Edital	-	02/12/2020	✓
Prazo Apresentação de Impugnação	14/12/2020	-	✓
Publicação Comunicando Apresentação PRJ	12/10/2020	02/12/2020	✓
Prazo Objeção ao Plano de Recuperação Judicial	21/01/2021	-	✓
Assembleia Geral de Credores 1ª Convocação		27/04/2021	✓
Assembleia Geral de Credores 2ª Convocação		04/05/2021	✓
Homologação Plano de Recuperação Judicial	-	10/05/2021	✓
Início Pagamento Classe I	14/06/2021	14/06/2021	✓
Início Pagamento Classe II	-	-	
Início Pagamento Classe III	09/11/2021	09/11/2021	✓
Início Pagamento Classe IV	09/11/2021	09/11/2021	✓

Ressalta-se que os prazos apresentados são meramente informativos. A contagem de prazo oficial é de responsabilidade da parte, de acordo com as publicações.



Março de 2023

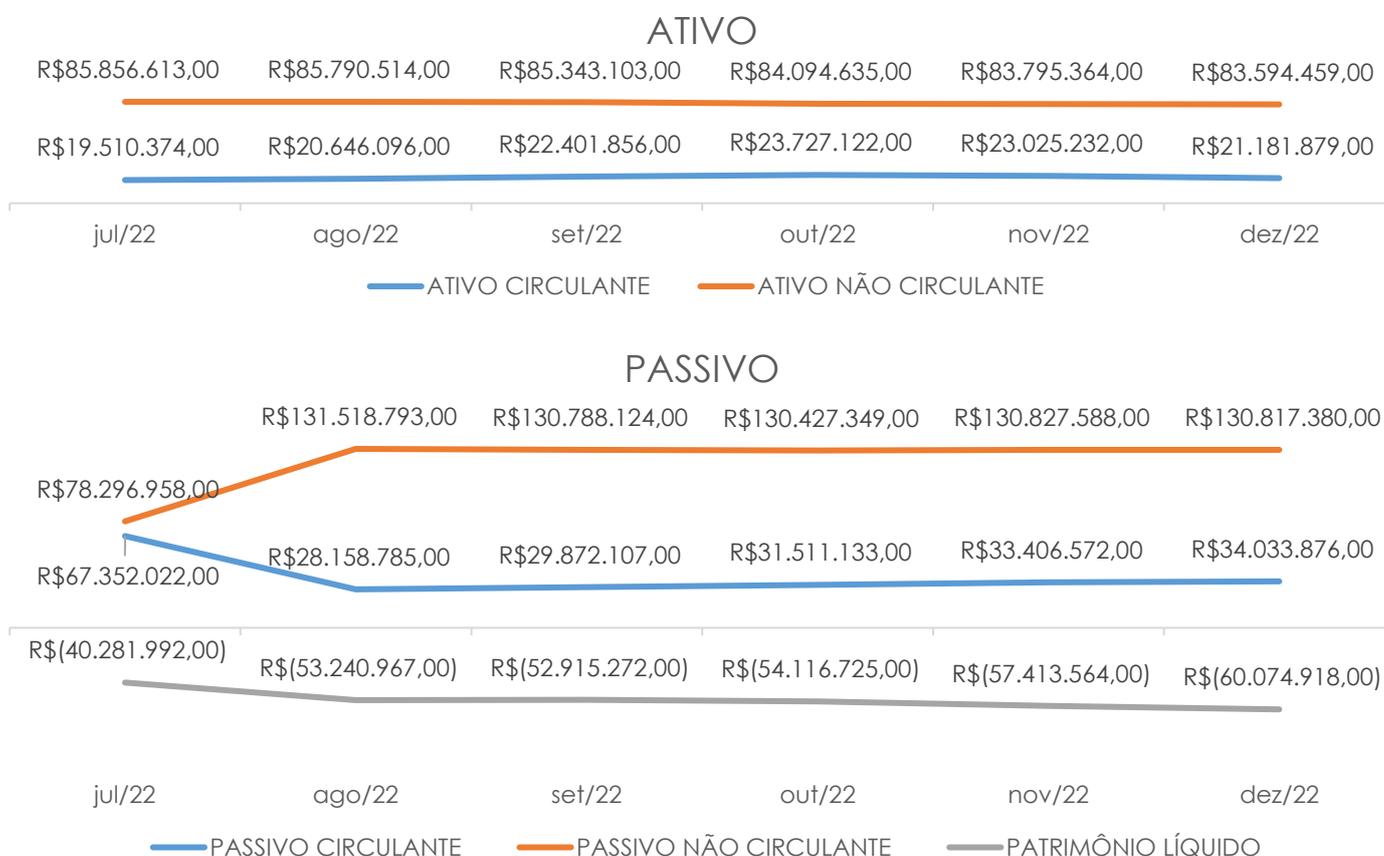
2. Informações financeiras/Operacionais

2.1 Balanço Patrimonial

A Recuperanda apresentou documentação sobre seu balanço patrimonial com posição do mês de dezembro de 2022.

Com relação a documentação do ano de 2023, a empresa informou que está enfrentando uma auditoria dos anos de 2021 e 2022 e por falta de equipe de contabilidade não tiveram como fechar as demonstrações contábeis dos meses de 2023.

A Vivante apresenta a seguir gráfico comparativo com informações dos últimos 6 meses:



A Vivante realizou análise horizontal das contas do balanço patrimonial da Recuperanda e apresenta a seguir as contas com variações significativas entre os meses de novembro e dezembro de 2022.

Laboratório Baldacci	novembro - dezembro/22
Contas a Receber	42,55%
Estoques	-19,46%
Despesas antecipadas e adiantamentos	-16,02%
Obrigações trabalhistas, provisões e encargos	-15,43%

Diante das variações observadas, a Vivante entrou em contato com a Recuperanda para solicitar as notas explicativas dessas contas no período mencionado.



Março de 2023

2.2 Contas a receber

A Vivante informa que foram enviadas novas informações do contas a receber da Recuperanda com posição de novembro e dezembro de 2022.

A Vivante apresenta a seguir resumo das informações apresentadas.

Contas a Receber	nov/22	dez/22
Contas Vencidas	R\$ 35.376.694,84	R\$ 35.451.550,93
Contas a Vencer	R\$ 5.433.885,25	R\$ 6.681.874,35
TOTAL	R\$ 40.810.580,09	R\$ 42.133.425,28

Essa Administradora Judicial entrou em contato com a empresa para questionar sobre a inconsistência nos valores do contas a receber entre o balanço patrimonial e o relatório analítico enviado.

2.3 Contas a pagar

A Vivante informa que foram enviadas novas informações do contas a pagar da Recuperanda com posição de novembro e dezembro de 2022.

A Vivante apresenta a seguir resumo das informações apresentadas.

Contas a Pagar	nov/22	dez/22
Contas Vencidas	R\$ 783.149,37	-
Contas a Vencer	R\$ 1.939.135,61	-
TOTAL	R\$ 2.722.284,98	R\$ 2.719.879,07

A Vivante entrou em contato com a Recuperanda para solicitar informações detalhadas sobre os títulos a pagar vencidos e a vencer do total de contas a pagar de dezembro de 2022.

Além disso, essa Administradora Judicial entrou em contato com a empresa para questionar sobre a inconsistência nos valores do contas a receber entre o balanço patrimonial e o relatório analítico enviado.

2.4 Estoque

A Vivante informa que foram enviadas novas informações analíticas do estoque da Recuperanda. Diante desse envio, a Vivante entrou em contato com a empresa para questionar como é feito o somatório total do estoque, para apresentação nos relatórios posteriores.

A Vivante apresenta a seguir valores indicados no balanço patrimonial da Recuperanda.

ESTOQUE	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22
	R\$ 11.104.482	R\$ 11.178.886	R\$ 10.763.274	R\$ 11.023.964	R\$ 10.859.538	R\$ 8.746.721



Março de 2023

2.5 Imobilizado

A Vivante informa a Recuperanda apresentou informações analíticas do imobilizado, demonstrando que o imobilizado é composto por:

- Imóvel localizado na Rua Pedro Toledo, Nº 519, Vila Clementino, São Paulo-SP;
- Máquinas e Equipamentos;
- Móveis e utensílios;
- Equipamentos de processamentos de dados;
- Veículos e direito de uso de Software.

Importante frisar que os laudos enviados tem data-base 31 de outubro de 2019.

Sendo assim, a Vivante entrou em contato com a empresa para solicitar relatórios mais atualizados, e apresenta a seguir o valor do imobilizado que consta no balanço patrimonial.

IMOBILIZADO	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22
	R\$ 24.668.054	R\$ 24.547.390	R\$ 24.426.949	R\$ 24.127.222	R\$ 23.899.781	R\$ 23.670.860

2.6 Investimentos

A Vivante informa a Recuperanda apresentou informações analíticas do investimento, demonstrando que o investimento é composto por:

- Imóvel localizado em Rua Pedro Toledo, Nº 544, apartamento Nº415, Vila Clementino, São Paulo-SP.

Importante frisar que o laudo enviados tem data-base 31 de outubro de 2019.

Sendo assim, a Vivante entrou em contato com a empresa para solicitar relatórios mais atualizados, e apresenta a seguir o valor do investimento que consta no balanço patrimonial.

INVESTIMENTOS	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22
	R\$ 518.037	R\$ 516.426	R\$ 514.814	R\$ 513.202	R\$ 511.591	R\$ 509.979

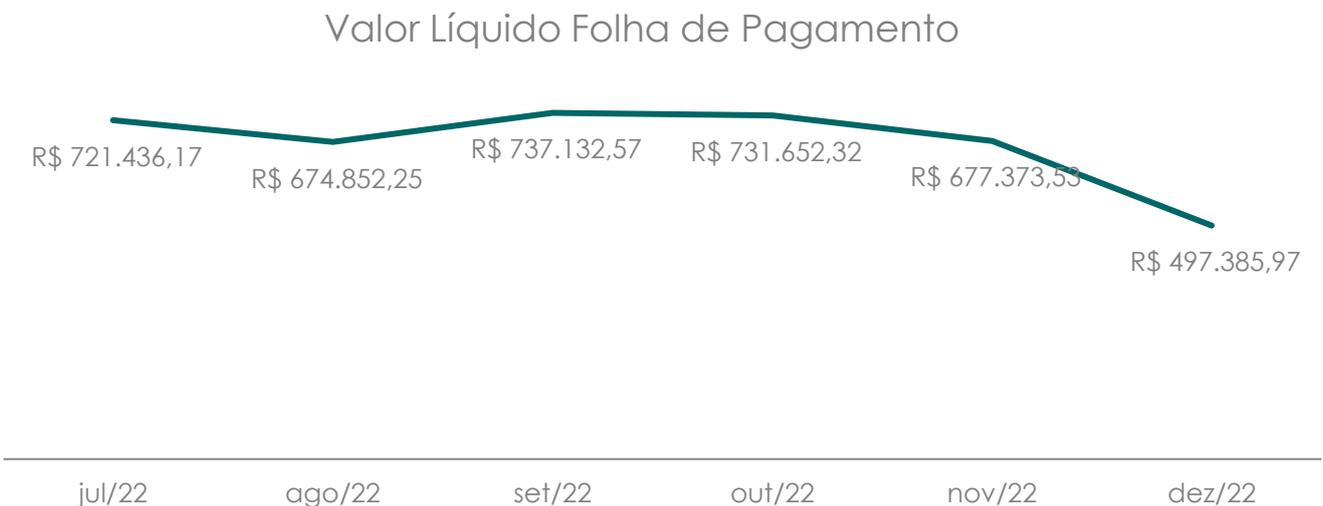
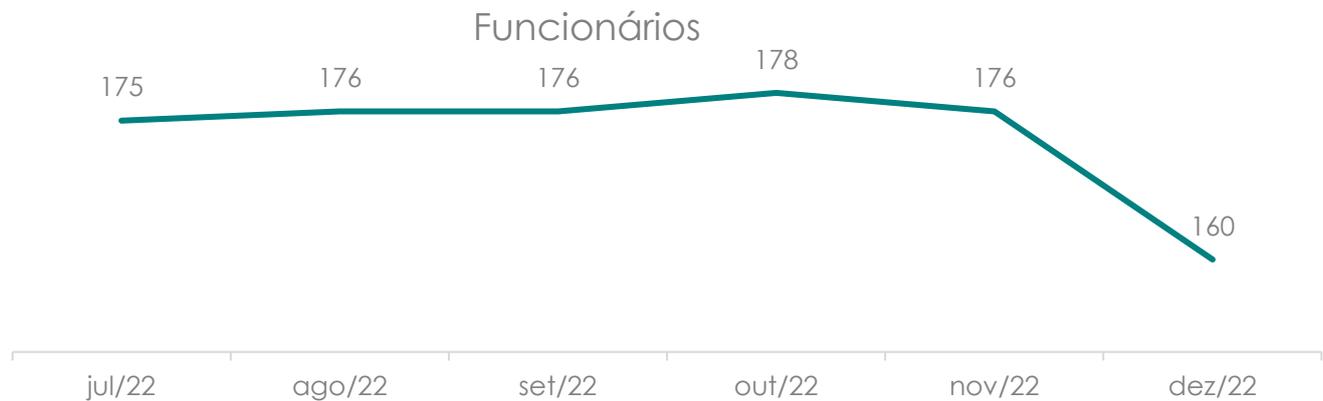


Março de 2023

2.7 Quadro de Colaboradores

A Vivante informa que foram enviadas novas informações sobre a folha de pagamento dos meses de novembro e dezembro de 2022.

A Vivante apresenta a seguir resumo das informações apresentadas com comparativo dos últimos 6 meses.



Com relação a queda no total de colaboradores no mês de dezembro, foi informado durante reunião com os representantes da Recuperanda que se tratou do desligamento de funcionários da força de vendas.



Março de 2023

3. Análise da demonstração de resultados

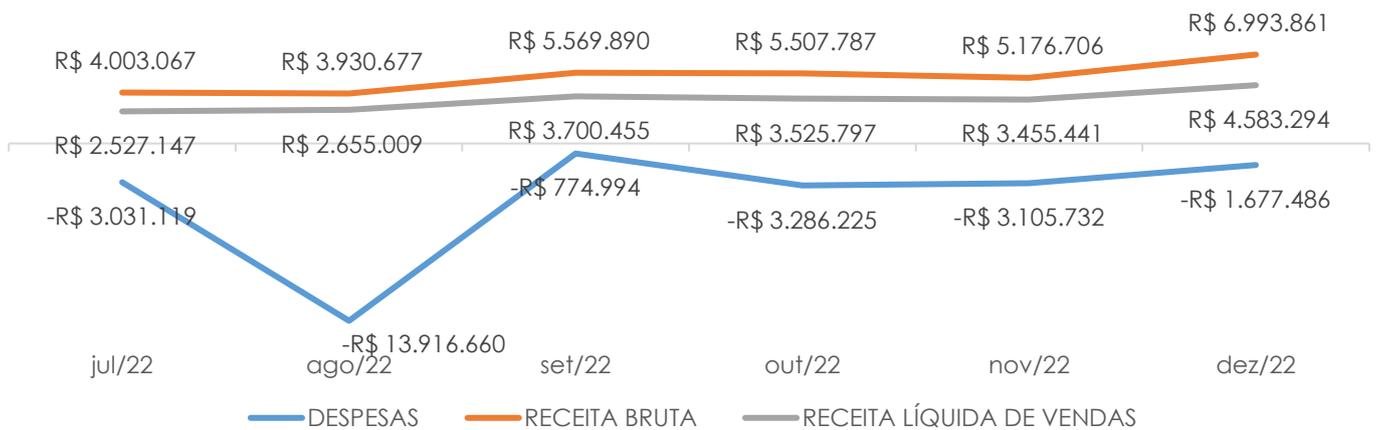
A Recuperanda apresentou documentação sobre seu demonstrativo de resultado com posição do mês de dezembro de 2023.

Com relação a documentação do ano de 2023, a empresa informou que está enfrentando uma auditoria dos anos de 2021 e 2022 e por falta de equipe de contabilidade não tiveram como fechar as demonstrações contábeis dos meses de 2023.

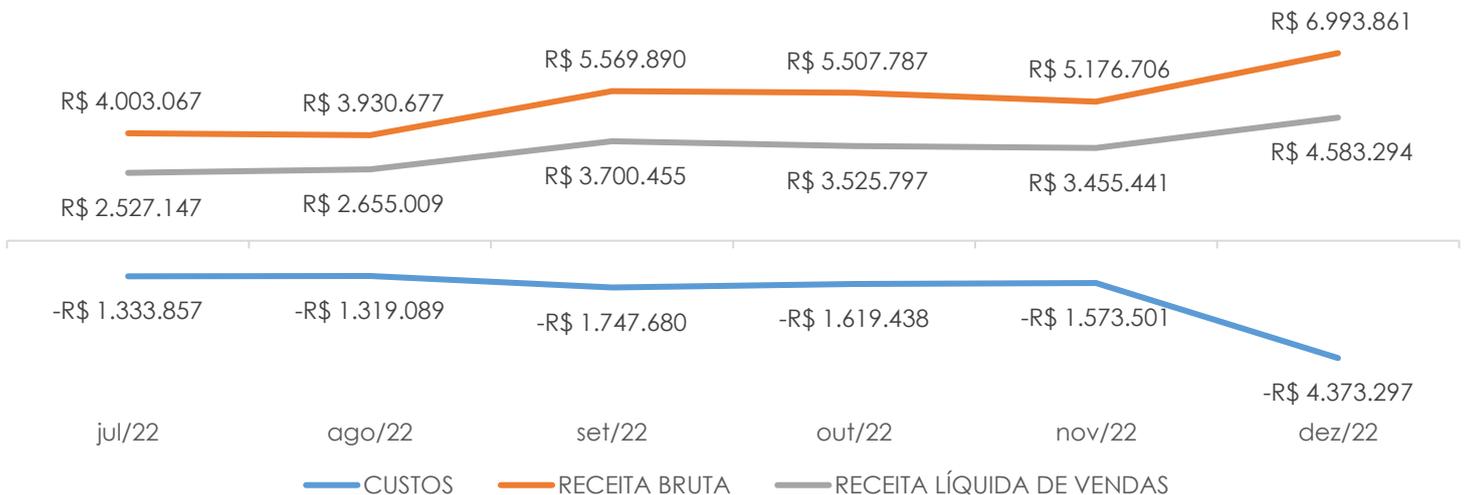
A Vivante apresenta a seguir, gráficos confrontando informações referentes à DRE dos últimos 6 meses da empresa.

Destaca-se que as deduções da Receita Bruta da Recuperanda, reduzem o faturamento bruto em aproximadamente 35%. Sendo assim, para efeitos comparativos, foram apresentadas tanto a receita bruta como a receita líquida (receita bruta menos as deduções).

RECEITA X DESPESAS



RECEITA X CUSTOS





Março de 2023

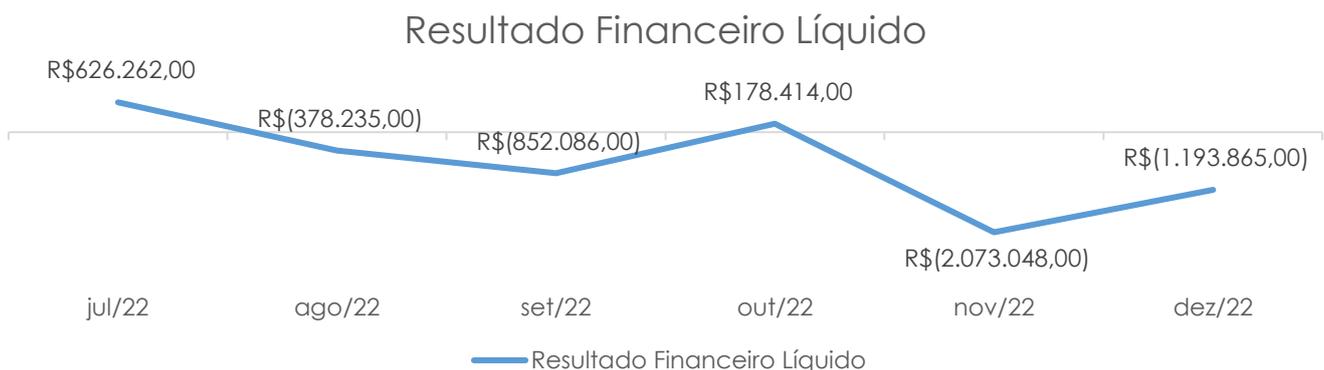
Somando os custos e despesas da Recuperanda, entre o período de janeiro a dezembro de 2022, tem-se o que segue:

CONTA	VALOR
RECEITA BRUTA	R\$ 61.285.788,00
RECEITA LÍQUIDA	R\$ 40.378.937,00
CUSTOS E DESPESAS	-R\$ 66.090.429,00

Assim, pontua-se que o valor dos custos e despesas da Recuperanda nesse período, é aproximadamente 8% maior do que o valor de sua receita bruta.



Conforme pontuado anteriormente, o resultado positivo de setembro foi consequência do resultado da conta "outros resultados operacionais líquidos". A Vivante entrou em contato com a empresa para reiterar a busca por esclarecimentos sobre o resultado da conta mencionada, mas ainda não obteve resposta.



A Vivante observou que o resultado financeiro líquido da empresa em novembro teve grande impacto negativo no resultado da empresa no mês em questão.

Sendo assim, informa que entrou em contato com a empresa para solicitar esclarecimentos sobre a movimentação.



Março de 2023

4. Situação Fiscal

A Vivante informa que solicitou a Recuperanda que enviasse novas atualizações sobre a sua situação fiscal perante os órgãos competentes. No mês de março, a Baldacci enviou novos relatórios demonstrando a sua situação fiscal frente as esferas Federal, Estadual e Municipal.

A Vivante apresenta a seguir resumo do que foi apresentado:

- Histórico Transações Tributárias Federal (Doc.1);
- Adesão PGFN demais débitos (Doc. 2);
- Adesão PFGN previdenciários (Doc. 3);
- CND Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (Doc. 4);
- CND Procuradoria geral do Estado do Rio de Janeiro (Doc. 5);
- Parcelamentos perante a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (Doc. 6 e 7);
- Parcelamento perante a Prefeitura de São Paulo (Doc. 8);
- Requerimento de parcelamento perante a PGFN (Doc. 9).

4.1 Comprovante de arrecadamento de tributos

A Recuperanda enviou documento que demonstra os DARF's que foram lançados para pagamento da empresa, contudo, como o próprio documento afirma, a relação não serve como comprovante de arrecadação.

Sendo assim, a Vivante entrou em contato com a empresa para solicitar o envio dos comprovantes de pagamento de tributos nas esferas federal, estadual e municipal.

5. Análise Fluxo de caixa e projeções

A Vivante informa que a empresa enviou novas planilhas com as informações do fluxo de caixa referente aos meses de outubro a dezembro de 2022, apresentadas na tabela abaixo.

Entradas	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22
Bloqueio judicial				R\$ 24.395,69	
Transferência entre contas	R\$ 4.199.867,00	R\$ 4.806.391,25	R\$ 5.373.540,40	R\$ 7.991.781,67	R\$ 7.906.182,00
Recompras	R\$ 897.900,00		R\$ 30.000,00		
Aplicação					
Cobranças	R\$ 3.482.706,50	R\$ 4.815.412,68	R\$ 7.019.918,70	R\$ 6.695.683,88	R\$ 5.570.427,63
Outras Entradas	R\$ 1.635.978,54		R\$ 55,12	R\$ 14.440,50	R\$ 112.418,67
Rendimentos	R\$ 1,95	R\$ 88.366,15	R\$ 990.294,66	R\$ 0,85	R\$ 0,19
Total das Entradas	R\$ 10.216.453,99	R\$ 9.710.170,08	R\$ 13.413.808,88	R\$ 14.726.302,59	R\$ 13.589.028,49
Pagamentos	R\$ 5.006.565,36	R\$ 5.662.454,64	R\$ 7.927.730,20	R\$ 6.305.026,65	R\$ 7.340.511,22
Tarifas e Juros	R\$ 5.370,08	R\$ 95.540,37	R\$ 32.845,14	R\$ 5.853,32	R\$ 5.157,43
Aplicação	R\$ 49.886,93	R\$ 369.331,57	R\$ 156.006,66	R\$ 1.098.596,58	R\$ 1.098.708,57
Bloqueio judicial	R\$ 57.073,68				
Transferência entre contas	R\$ 5.097.632,00	R\$ 2.608.358,89	R\$ 5.348.383,00	R\$ 7.893.288,11	R\$ 7.906.282,00
Recompras		R\$ 3.300,00			
Rendimentos		R\$ 970.338,46			
Aporte Matriz					
Outras Entradas					
Total das Saídas	-R\$ 10.216.528,05	-R\$ 9.709.323,93	-R\$ 13.464.965,00	-R\$ 15.302.764,66	-R\$ 16.350.659,22
1 (Entradas - Saídas)	-R\$ 74,06	R\$ 846,15	-R\$ 51.156,12	-R\$ 576.462,07	-R\$ 2.761.630,73
2 Saldo anterior	-R\$ 6.091,97	-R\$ 6.166,02	-R\$ 5.319,87	R\$ 6.006,00	-R\$ 4.133,73
5 Saldo Final (3+4)	-R\$ 6.166,02	-R\$ 5.319,87	-R\$ 56.475,99	-R\$ 570.456,07	-R\$ 2.765.764,46

**Março de 2023**

Ao analisar as informações enviadas, a Vivante levantou os seguintes questionamentos que serão enviados para a Recuperanda:

- Alto valor de rendimentos no mês de outubro de 2022;
- Valores de outras entradas em novembro e dezembro de 2022;
- Incompatibilidade entre saldos finais e iniciais entre os meses de outubro, novembro e dezembro de 2022.

Esclarecimentos

A Vivante havia entrado em contato com a empresa para solicitar esclarecimentos sobre pontos levantados após análise do fluxo de caixa e apresenta as respostas da empresa a seguir:

- Bloqueio judicial no valor de R\$ 57.073,68 no mês de agosto de 2022;

Informações do processo:

Autor: FAZENDA NACIONAL

Data do Protocolamento: 2022-08-22-15.38.09.000188

Processo: 50147694920214036182

Vara: 3 VARA FEDERAL DE EXECUC ES FISCAIS DE SAO PAULO

• Saldo negativo nas saídas, na conta de movimentação discriminada como "outras entradas" no valor de R\$ 92.510,52 em setembro. Ao analisar os extratos, observou-se uma saída discriminada como "156 Contrat Câmbio Importação" no valor de R\$ 180.876,67 em 27/09/2022.

"O valor foi informado na coluna incorreta no Fluxo de Caixa, já realizamos a regularização."

"O valor se refere a um pagamento de Matéria Prima no valor de \$ 180.876,67 (TEVA / USD)".



Março de 2023

5.1 Extratos Bancários

A Recuperanda enviou os extratos bancários com posição dos meses de novembro e dezembro de 2022.

A Vivante apresenta a seguir resumo do que foi apresentado.

BANCO	AGÊNCIA	CONTA	nov/22	dez/22
BANCO BRADESCO	3392	0009300-9	R\$ 1.937,98	R\$ 172,11
BANCO DO BRASIL	3347-2	9017-4	R\$ -	R\$ -
BANCO ITAÚ	0368	01211-8	R\$ 20,67	R\$ 13,78

Diante da análise dos saldos das contas, a Vivante entrou em contato com a empresa para questionar sobre a inconsistência com o saldo da conta "caixa e equivalente de caixa" do balanço patrimonial.

6. Anexos

6.1 Reunião

Cumprindo o disposto no artigo 22 da Lei 11.101/2005, a equipe da Vivante realizou visita ao escritório da Recuperanda para acompanhamento das atividades mensais. Estavam presentes na Reunião os diretores da empresa.

Inicialmente a Vivante questionou aos representantes da Recuperanda sobre o faturamento da empresa no mês de março de 2023, e eles informaram que foi de R\$ 7.902.972,78 (sete milhões novecentos e dois mil novecentos e setenta e dois reais e setenta e oito centavos) bruto e R\$ 5.444.053,91 (cinco milhões quatrocentos e quarenta e quatro mil cinquenta e três reais e noventa e um centavos) líquido.

Referente a Santa Cruz, informou que as vendas em consignação geraram receita de aproximadamente R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), número maior que o mês anterior, porém que a empresa espera que possa aumentar ainda mais. Ressaltaram ainda que estão com o estoque cheio, então enviarão mais produtos para serem vendidos.

Com relação ao quadro de funcionários informaram que houve movimentação no mês de março, um pedido de demissão, e que foi contratado um novo colaborador no regime de PJ. Com essa movimentação, o quadro de funcionários CLT da empresa fechou em 159.



Março de 2023

A Vivante questionou a empresa sobre sua situação fiscal perante a PGFN e pela PGE do Estado de São Paulo, e obteve as seguintes atualizações:

- Marcaram reunião com o Procurador da Fazenda Nacional para tratativas sobre realizar uma nova transação, dessa vez individual;
- Com relação a PGE, informaram que já realizaram pagamentos de CDA's com os valores liberados pelo Juízo da Recuperação Judicial e deixaram de ser devedores contumazes. O próximo passo, e que já está em curso, são as tratativas sobre a forma que será feita a transação tributária.

Por fim, com relação a venda de bens do imobilizado, informaram que estão esperando a venda das empilhadeiras, e que não vão atrás de novos bens para vender devido ao grande trabalho e pouco retorno.

**Março de 2023**

6.2 Remuneração do administrador judicial

A Recuperanda está em dia com suas obrigações referentes aos honorários da Administradora Judicial.

6.3 Processos Relacionados

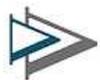
Agravo de Instrumento - 2129817-54.2021.8.26.0000

Em 07/06/2021, foi interposto Agravo de Instrumento em face da decisão proferida nas fls. 3519/3525 dos autos principais, a qual homologou o Plano de Recuperação Judicial de Laboratórios Baldacci Ltda. O objetivo da interposição do recurso é a revisão de 3 pontos da r. decisão recorrida. Primeiramente, no que se refere ao termo inicial da liquidação dos credores trabalhistas retardatários (cláusulas 5.2.1 e 5.8.1), diz que não é possível impor o pagamento à vista daquele que, em hipótese, habilitar o crédito após encerrado o lapso de 12 (doze) meses após a homologação do plano, fundamentando que tal disposição causaria desconcerto em seu fluxo de caixa, bem como que os cinco maiores credores trabalhistas que estão com reclamações em curso ostentam o crédito total de R\$8.500.000,00.

Ainda, argumenta ser ilegal beneficiar o credor retardatário em detrimento dos demais. De igual modo, tece tais argumentos para sustentar a manutenção das cláusulas 5.8.2.1 e 5.9.1, que impõem condições diferentes de pagamento aos quirografários e ME/EPP que habilitarem o seu crédito após a homologação do plano. Por fim, aduz que não cabe, ao juiz, interferir na esfera negocial/econômica do plano e substituir a Taxa Referencial pela Tabela Prática desta Corte, ignorando a vontade da maioria e a previsão, no plano, de que, se não aplicável a TR acrescida de juros de 0,5% ao ano, o critério de atualização alternativo seria 20% do INPC (cláusula 5.4.1.2.1). Diante disso, requer sejam afastadas as ressalvas trazidas na decisão em comento quanto às cláusulas 5.2.1, 5.8.1, 5.8.2.1, 5.9.1, 5.4.1.2.1, 5.4.1.2.2, 5.5.1.2.1, 5.5.1.2.5, 5.6.1.2, 5.6.2.2, 5.6.3.2 e 5.8.2.2. Em decisão proferida em 09/06/21, foi acolhido em parte o pedido de efeito suspensivo apenas no sentido de manter a Taxa Referencial como indexador do débito sujeito, tal como previsto no plano. Ademais, foi determinada a manifestação da Administradora Judicial e parecer da Procuradoria Geral de Justiça.

Em 01/07/2021, parecer do Administrador Judicial entendendo que a decisão agravada, no tocante à declaração de nulidade das Cláusulas postas em discussão, não deve ser modificada, posto que as ressalvas em comento foram realizadas em consonância com a doutrina e jurisprudência pátria. Ato contínuo, em 06/07/2021, foi aberta vista à Procuradoria Geral de Justiça para parecer, pelo que se aguarda a continuidade e posterior julgamento definitivo do recurso.

Em 25/11/2021, foi proferido despacho dando início ao julgamento virtual.

**Março de 2023**

Em 25/01/2022, realizado o julgamento simultâneo de todos os recursos interpostos contra a decisão que homologou o plano. Assim, foi proferido acórdão julgando parcialmente procedente o recurso, determinando a manutenção dos critérios de atualização do crédito sujeito tal como previstos no plano, excluindo, de ofício, as cláusulas 5.3.1 (que impõe condições de pagamento à Classe II, inexistente), 3.4, 5.9.2, 5.9.3 e 5.10.4 (que permitem a realização de acordos a respeito do valor e classificação de créditos sujeitos), e corrigindo, também de ofício, as cláusulas 3.2 e 4.1 (que dispõem sobre a livre reorganização societária) e, por fim, readequar as cláusulas 5.2 e 5.2.2, que tratam dos credores trabalhistas retardatários.

Em 28/01/2022, foi aberta vista à Procuradoria Geral de Justiça para ciência do acórdão.

Ato contínuo, em 24/02/2022, a Agravante opôs embargos de declaração em face do acórdão proferido, alegando omissão quanto à conclusão de que o crédito trabalhista retardatário não poderá ser feito em até 12 meses da sua efetiva constituição, pois teria deixado de analisar a solução conferida pela Embargante em seu PRJ.

Complementa que o art. 54 menciona expressamente que os créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho deverão ser pagos em até 1 ano, isto é, somente poderão ser pagos, no prazo estabelecido pela LRF, os créditos que estejam devidamente revestidos de liquidez, certeza e exigibilidade. Ademais, ressalta que Os créditos trabalhistas, sejam eles retardatários ou não, serão pagos no prazo máximo de 12 meses e que a única diferença seria a respeito do termo inicial para que o referido prazo seja respeitado.

Ainda, aduz que o credor seria beneficiado, pois não se sujeitaria ao período de carência que os demais se sujeitaram e receberia um expressivo pagamento à vista ao passo que a Embargante teria que, da noite para o dia, obter uma relevante quantia, sob pena de falência. Além disso, ressalta que a liquidez do crédito, requisito essencial para constituição do título executivo, é ponto determinante para que o juízo da recuperação, a Embargante e os demais credores tenham segurança quanto ao valor total da dívida que é objeto da reestruturação pretendida.

Por fim, informa que o acórdão foi omissivo quanto aos art. 50 da LRF, bem como artigos 421 e 422, que autorizam a livre pactuação do PRJ conforme premissas financeiras a serem estabelecidas entre as partes, sem a intervenção do Poder Judiciário, posto que inserido na autonomia da vontade das partes. Ainda, que viola os arts. 45 e 58, que preveem que, uma vez aprovado o plano, deverá ser concedida a recuperação judicial nos termos em que pactuado pelas partes. Assim, requer sejam conhecidos e acolhidos os presentes embargos de declaração, sanando-se as omissões expostas.

Em 25/02/2022, foi proferido despacho informando que os embargos estão em julgamento virtual e, em 11/03/2022, foi proferido acórdão rejeitando os embargos opostos. Ato contínuo, em 07/04/2022, a Baldacci interpôs Recurso Especial com pedido de tutela em face do acórdão proferido em sede do Agravo de Instrumento. Em seguida, no dia 25/04/2022, restou intimada a parte contrária para apresentação de contrarrazões.

**Março de 2023**

Em 27/04/2022, a Baldacci apresentou petição informando que foi determinada a intimação da parte recorrida para apresentação de contrarrazões, porém, o E. TJSP deixou de apreciar o pedido liminar formulado pelo Recorrente. Ainda, esclarecendo que não há parte recorrida para a apresentação de contrarrazões ao presente recurso. Por fim, requereu a apreciação do pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal formulado pelo Requerente no presente recurso especial.

Em 23/05/2022, restou aberta vista à Procuradoria Geral de Justiça, a qual apresentou parecer em 30/05/2022 posicionando-se pelo não seguimento do Recurso Especial.

Em 13/06/2022, a Recuperanda, ora Recorrente, apresentou petição reiterando o pedido de atribuição de efeito ativo ao Recurso Especial, alegando que a condenação da Baldacci em data posterior ao término do prazo para pagamento dos Credores Trabalhistas já habilitados representa fato novo e que demonstra o inequívoco periculum in mora que enseja a concessão do efeito ativo pleiteado.

Em 19/08/2022, proferido despacho admitindo o Recurso Especial interposto e concedendo o efeito suspensivo no sentido de suspender a alteração de modo de pagamento dos credores retardatários até ulterior deliberação. Ainda, remetendo os autos ao E. Superior Tribunal de Justiça.

Em 19/11/2022, expedida certidão informando a remessa dos autos ao STJ. O Recurso Especial foi recebido em 19/12/2022, sob o nº 2040632.

Em 22/10/2022 foi enviado ao desembargador da secção de direito privado, cópia do despacho preferido nos autos, deferindo pedido de agregação do efeito suspensivo ao recurso especial.

Em 23/10/2022 foi emitido certificado de publicação certificando despacho. Posteriormente, em 19/11/2022, foi remetido os presentes autos ao STJ.

Agravo de Instrumento - 2049380-89.2022.8.26.0000

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto em 09/03/2022 por Laboratórios Baldacci Ltda. em face de decisão proferida pelo r. Juízo de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital, a qual determinou a liberação, em favor da Fazenda Estadual, de metade dos valores penhorados nos autos da Execução Fiscal nº 1502401-89.2019.8.26.0014, bem como que a Recuperanda ofertasse bens à penhora em substituição à metade do montante que restou mantido penhorado.

A Agravante requer, liminarmente, a concessão de efeito ativo ao recurso, para que sejam concedidos liminarmente os pedidos negados pelo Juízo a quo, no sentido de ser determinada a suspensão da penhora de faturamento/créditos determinada nos autos da Execução Fiscal nº 1502401-89.2019.8.26.0014.

**Março de 2023**

Ainda, que seja determinada a não expedição de mandado de levantamento em favor da Fazenda Estadual de São Paulo, bem como a devolução diretamente à Recuperanda dos valores depositados naqueles autos. Subsidiariamente, requer seja suspensa a ordem de levantamento dos valores e, por fim, pleiteia pelo provimento do presente recurso para ratificar a decisão liminar nos termos requeridos.

Em 16/03/2022, foi proferido despacho deferindo, em parte, o efeito ativo ao recurso, no sentido de suspender a liberação de metade do valor penhorado nos autos da Execução Fiscal nº 1502401-89.2019.8.26.0014 em favor da Fazenda do Estado de São Paulo, até decisão final da Turma Julgadora.

Ademais, em 08/04/2022, a administradora judicial apresentou manifestação entendendo que a r. decisão agravada aplicou a norma atual vigente, a qual limita o poder de interferência do Juízo da recuperação judicial nas Execuções Fiscais, condicionando a interferência tão somente à possibilidade de se determinar a substituição dos atos de constrição, conforme dispõe o art. 6º, §7º-B da Lei 11.101/2005.

Ainda, que, quando do deferimento da recuperação judicial de Laboratórios Baldacci (10/07/2020), ocorrido antes das alterações introduzidas na LREF, o Juiz de 1º grau determinou que os recursos bloqueados nos autos da Execução Fiscal fossem transferidos à disposição do Juízo da recuperação judicial (fls. 392/402 dos autos principais). Todavia, verifica-se que a Recuperanda não tomou providências para promover tal transferência, deixando que os valores permanecessem penhorados no processo de Execução.

Destaca, outrossim, que a Recuperanda já celebrou parcelamento com a União e outros Estados, além do Município de São Paulo, estando pendente apenas o parcelamento com o Estado de São Paulo. Além disso, que a empresa tentou celebrar o referido parcelamento junto à SEFAZ-SP e, inclusive, atendeu à determinação do Juízo de 1º grau, depositando em conta específica o valor equivalente às parcelas de um possível parcelamento com o Estado de São Paulo.

À vista disso, entende a Vivante que caberia a intimação da Fazenda do Estado de São Paulo para que esclareça se há condições e possibilidades de parcelamento do débito fiscal para empresas em recuperação judicial, apontando os termos aplicáveis à Recuperanda, se for o caso, nos termos do art. 68 da Lei 11.101/2005.

Em 29/04/2022 restou aberta vista à Procuradoria Geral de Justiça, que apresentou parecer em 11/07/2022, entendendo pelo não provimento do recurso.



Março de 2023

Em 11/04/2023 foi proferido despacho em razão do levantamento do valor de R\$2.143.752,41, fls.642/643 dos autos da execução fiscal n.1.502.502.401-89.2019.8.26.001.

Posteriormente foi publicado a certidão de despacho na data de 14/04/2023.

Depois disso, foi aferido termo de juntada automática, datado em 25/04/2023.

Além disso, na mesma data de 25/04/2023, foi lançada petição requerendo suspensão de recurso pelo prazo de 90 dias.

Logo depois, na data de 26/04/2023 foi emitido termo de conclusão aos autos.

Na data de 27/04/2023 ouve o despacho deferindo pedido de suspensão pelo prazo de 90 dias.

Em seguida, foi emitida certidão de publicação, datada em 02/05/2023.

6.4 Pagamento do PRJ

Conforme já informado em relatório anterior, no mês de maio de 2022 a Recuperanda realizou os pagamentos aos credores trabalhistas e realizou também o segundo pagamento aos credores das classes III e IV.

- Classe I - Trabalhista

A Recuperanda enviou os comprovantes de pagamento aos credores da classe I – trabalhista.

Foram pagos nas contas correntes indicadas pelos credores, o saldo remanescente dos valores de verbas rescisórias, salário líquido de junho de 2020 e VR/VA.

Os valores relacionados ao FGTS e multa rescisória devidos, são emitidos pela própria Caixa Econômica Federal, sendo os valores calculados já com os juros, multas e atualizações.

A seguir, resumo do que foi pago pela Recuperanda e comprovado mediante envio de comprovantes:

PAGAMENTO EM C/C	DEPÓSITO JUDICIAL	ATUALIZAÇÃO IPCA	COMPLEMENTO AO PAGAMENTO
R\$ 3.155.305,20	R\$ 2.616.283,17	R\$ 361.885,38	R\$ 19.231,66

FGTS	MULTA RESCISÓRIA 40%
R\$ 2.514.660,12	R\$ 2.407.101,45



Março de 2023

Cumpramos ressaltar que houve uma pequena divergência nos valores pagos, em primeiro momento, referente aos valores devidos de verbas rescisórias, salário líquido de junho e VR/VA. Ao identificar essa diferença, a Vivante entrou em contato com a Recuperanda que entendeu qual seria o valor real devido, e prontamente realizou os pagamentos complementares. Esses valores estão identificados na planilha acima como “complemento ao pagamento”.

No mais, a Recuperanda realizou os ajustes apontados por essa Administradora Judicial, e quitou os pagamentos aos credores da Classe I – trabalhistas habilitados.

Contudo, conforme informado em relatório anterior, após os pagamentos realizados, houveram habilitações de credores trabalhistas, que devem ser pagos de imediato pela Recuperanda, conforme prevê o PRJ, uma vez que o prazo de 12 meses para pagamento dos trabalhistas já se encerrou.

- Classe III – Quirografária e Classe IV – ME/EPP

A Recuperanda enviou os comprovantes de pagamento da segunda parcela do pagamento inicial aos credores das classes III e IV.

A Vivante apresenta a seguir o que foi pago e comprovado mediante envio dos comprovantes;

PAGAMENTO INICIAL				
	1ª parcela		2ª parcela	
	CREDORES	VALOR	CREDORES	VALOR
CLASSE III	111	R\$ 246.655,62	111	R\$ 246.655,70
CLASSE IV	63	R\$ 59.368,75	63	R\$ 59.368,80

6.5 Alterações no Quadro Geral de Credores

A Vivante comunica que não houve alteração no Quadro Geral de Credores no mês de março de 2023.



Março de 2023

7. Conclusão e requerimentos

A seguir, lista de documentos pendentes por parte da Recuperanda:

- Folha de Pagamento (novembro e dezembro de 2022 e janeiro e fevereiro 2023);
- Extratos Bancários (janeiro e fevereiro de 2023);
- Comprovantes de pagamento de impostos (janeiro e fevereiro de 2023);
- Contas a receber (janeiro e fevereiro de 2023);
- Relação de notas fiscais (janeiro e fevereiro de 2023);
- Posição do contas a pagar (janeiro e fevereiro de 2023);
- Posição do contas a receber (janeiro e fevereiro de 2023);
- Balanço Patrimonial (janeiro e fevereiro de 2023);
- DRE (janeiro e fevereiro de 2023);
- Relatório de atualização das solicitações de transação tributária;
- Relatório analítico do estoque; (janeiro e fevereiro de 2023);
- Relatório analítico do imobilizado; (janeiro e fevereiro de 2023);
- Relatório analítico dos investimentos. (janeiro e fevereiro de 2023);

Análise realizada baseada nas informações apresentadas pela Recuperanda e nas atividades realizadas pela Administradora Judicial no exercício do mês de março de 2023, em que o Administrador Judicial abaixo mencionado assina o presente documento.


VIVANTE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.
Armando Lemos Wallach
OAB/SP 421.826



Vivante Gestão e Administração Judicial LTDA.

CNPJ: 22.122.090/0001-26

Site: www.vivanteaj.com.br

E-mail: contato@vivanteaj.com.br Telefone:

(11) 3048-4068

Recife-PE - Praça Dr. Fernando Figueira, nº 30, Empresarial Cervantes, 6º andar, Ilha do Leite, CEP 50.070-440.

São Paulo- SP - Rua Arquiteto Olavo Redig De Campos 105, Torre B, 24 andar, Edifício Ez Tower, Chácara Santo Antônio, São Paulo/SP, CEP: 04711-904.

Fortaleza – CE - Av. Dom Luís, nº 807, Etevaldo Nogueira Business, 21º andar, Meireles, Fortaleza - CE, CEP: 60160-230.

Natal – RN - Rua Raimundo Chaves, nº 2182, Empresarial Candelária, sala 501, Candelária, Natal - RN, CEP: 59064-560.